

As narrativas dos jornalistas da TV Brasil: o campo interno de uma emissora pública brasileira¹

Allana Meirelles²
Iluska Coutinho³

Universidade Federal de Juiz de Fora - MG

Resumo

Como parte de um projeto de pesquisa desenvolvido desde 2010, pelo grupo de pesquisa “Laboratório de Jornalismo e narrativas audiovisuais” da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), sobre o telejornalismo produzido pela TV Brasil, este artigo se propõe a analisar o campo interno da emissora a partir dos profissionais que fazem parte dela. Neste sentido, parte-se do discurso formulado pelos jornalistas da TV sobre os desafios da emissora, as possíveis limitações a sua autonomia e o ideal de televisão pública. Os discursos foram levantados em entrevistas realizadas com cinco jornalistas, que possuem diferentes perfis e cargos na empresa, em novembro de 2013, na sede da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em Brasília.

Palavras-chave: Jornalistas; TV Pública; TV Brasil; Autonomia.

O papel do jornalista e do (tele) jornalismo na sociedade passa por um momento de transformação, em meio ao desenvolvimento das novas tecnologias de informação, das redes sociais e da emergência de novos produtores de conteúdo. Considerando a perspectiva de não determinismo tecnológico adotada por Raymond Williams (1974/2011), é possível pensar que o desenvolvimento destas técnicas se deu também pelos interesses e demandas sociais, ao mesmo tempo, em que influenciaram as relações e os papéis simbólicos do campo. Nesse artigo o campo de forças privilegiado é o de atuação dos jornalistas da TV Brasil, emissora de TV pública brasileira.

Esse escopo de interesse, para o qual tem se voltado os estudos do Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais (CNPq-UFJF), ganha relevo ainda que o sistema de comunicação tenha se complexificado com novas formas de produção de conteúdo e informação. Mesmo em um cenário em que se ampliam as redes de circulação, ainda não se pode afirmar uma democratização das comunicações, já que há também relações de

¹Trabalho apresentado no DT8 - GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCom- UFJF). allanameirelles@hotmail.com.

³Professora associada do departamento de jornalismo da Faculdade de Comunicação e do PPGCom da UFJF. iluska@globo.com.

dominância e de poder nestas ferramentas. Além disso, os grandes meios de comunicação ainda permanecem sendo as principais fontes de informação.

Desta maneira, indo além do fetichismo tecnológico, é necessário colocar em discussão o sistema de comunicação público no Brasil, entre outros aspectos, para se buscar uma democratização do setor. Em um contexto de exploração comercial e concentração da propriedade dos meios, coloca-se como necessário o fortalecimento de veículos públicos, que privilegiem o interesse público em relação ao comercial ou governamental.

Criada em 2007, a TV Brasil vem justamente preencher uma lacuna no sistema de radiodifusão do país, pretendendo-se uma emissora pública. Entretanto, sua autonomia ainda é questionada devido a determinadas estruturas internas e externas à empresa. Por um lado, o financiamento do governo federal, a mistura de atribuições públicas e governamentais por parte da empresa gestora (Empresa Brasil de Comunicação) e a escolha de determinados cargos de confiança pela Presidência da República limitam a independência em relação ao governo. Por outro, o contexto marcado pela lógica comercial de televisão e jornalismo influencia tanto a visão do público sobre a emissora e sobre o padrão de jornalismo, assim como a formação e o posicionamento dos profissionais que vão trabalhar na emissora.

Ainda assim, instrumentos de fiscalização como o Conselho Curador e a Ouvidoria, além da presença de jornalistas vindos de outros campos que não o da grande mídia e as pesquisas realizadas por observatórios, entidades e universidades contribuem na disputa por um sistema de comunicação público fortalecido.

Diante destas considerações, propõe-se neste artigo analisar as narrativas de jornalistas da EBC sobre o ideal de TV pública, sobre as dificuldades e os avanços da TV Brasil e sobre possíveis limitações à independência e autonomia do telejornalismo da emissora. Desta maneira, é possível refletir sobre como a posição do profissional na empresa, assim como o seu perfil, influenciam em suas visões sobre o papel da emissora e o cumprimento deste, discutindo assim a configuração do campo interno do veículo, tendo como foco de destaque os tensionamentos na produção das notícias na TV.

Teresa Sádaba (2007), por exemplo, propõe quatro perspectivas de análise do jornalismo a partir do conceito de *framing* ou enquadramento: os jornalistas, as rotinas profissionais, a organização do meio e os conteúdos. Assim, neste artigo, a TV Brasil será analisada a partir de seus profissionais.

O objeto de análise serão as entrevistas com jornalistas da EBC, de diferentes perfis e funções na emissora, realizadas por integrantes do grupo de pesquisa “Laboratório de Jornalismo e narrativas audiovisuais”, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), entre os dias 07 e 08 de novembro de 2013. As entrevistas foram gravadas em vídeo e ocorreram no início da greve dos trabalhadores da empresa. Desta maneira, o método utilizado é o de leitura bibliográfica e o de entrevista.

O campo jornalístico e a figura do jornalista

A partir da perspectiva conceitual do “campo”, formulada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, é possível refletir sobre as relações internas e externas do jornalismo, assim como dos meios de comunicação. Autores como Nelson Traquina e Érik Neveu, por exemplo, partiram deste conceito para discutir a prática jornalística. Neveu (2005, p.45) afirma que “a problemática do campo aplicada ao jornalismo ajuda a ultrapassar muitas das oposições convencionais ou das falsas alternativas” e, deste modo, a ideia de “campo” não apenas contribui para se entender as estruturas internas, mas também as forças externas e as inter-relações entre as esferas sociais que conformam ou modificam o campo. Nelson Traquina se utiliza do conceito para refletir sobre a “tribo jornalística” e afirma que “pode-se definir a modernidade como sendo a emergência de diferentes campos” (TRAQUINA, 2005, p.19), que é definido por Bourdieu da seguinte forma:

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. (BOURDIEU, 1996/1997, p.57).

Neste sentido, Bourdieu defende, por exemplo, que o jornalismo sofre pressões do campo econômico, por meio da audiência, ao mesmo tempo em que exerce influência em outros campos. Segundo ele, é um efeito “estrutural, objetivo, anônimo, invisível” e, assim, não pode ser apontado como responsabilidade de determinado indivíduo. Da mesma maneira, ele critica, por exemplo, o julgamento de uma emissora com base apenas em relação ao seu proprietário. Segundo ele, “há uma forma de materialismo curto, associado à tradição marxista, que não explica nada, que denuncia sem esclarecer nada.” (BOURDIEU, 1996/1997, p.55).

Assim, analisar a TV Brasil somente pela lógica do financiamento, por exemplo, afirmando que ela é uma emissora “chapa branca” não esclarece as questões estruturais tanto internas quanto externas que influenciam seu nível de autonomia. Como explica Bourdieu,

O mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos. Dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos. (BOURDIEU, 1996/1997, p.55).

Desta maneira, a configuração de um campo implica também no compartilhamento de uma determinada cultura profissional, baseada em valores e símbolos. Assim, os jornalistas partilham crenças, formas de avaliar e de perceber o mundo (BOURDIEU apud TRAQUINA, 2005, p.24). Argumento que fica claro também na afirmação do sociólogo sobre as “lentes” especiais pelas quais os jornalistas enxergam o mundo (BOURDIEU apud TRAQUINA, 2005, p.25). Da mesma forma, o autor Zelizer, também citado por Traquina (2005, p.24), ao explicar o conceito de “comunidade interpretativa” ou “tribo”, afirma que os jornalistas possuem um “enquadramento de referência partilhado para trabalhar”.

Além disso, Traquina refere-se também ao fato de que a configuração de um campo necessita da existência de um “prêmio que é disputado por agentes sociais diversos” e “a existência de um grupo especializado que afirma possuir um monopólio de conhecimentos ou saberes especializados”. No caso do jornalismo, o prêmio seriam as notícias e o grupo especializado os jornalistas. Segundo Bourdieu,

Os jornalistas – seria preciso dizer o campo jornalístico – devem sua importância no mundo social ao fato de que detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de ‘espaço público’, isto é, à grande difusão. (BOURDIEU, 1997, p.65).

Este monopólio dos jornalistas, porém, pode ser questionado, atualmente, pela emergência das novas tecnologias de comunicação, já que por meio de smartphones e redes sociais, novos atores surgem neste “espaço público”, complexificando o sistema de comunicação.

Estas mudanças provocadas pelo desenvolvimento da Internet foram abordadas em diversas pesquisas, como pela autora Zélia Leal Adghirni, em “Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona de turbulência”. No texto, a pesquisadora discute as

transformações ocorridas no jornalismo sob três pontos principais de tensão: a desregulamentação profissional, as rotinas produtivas, e o perfil e identidade. Sendo que dois destes pontos tratam diretamente do jornalista.

Em relação à desregulamentação profissional, Adghirni cita o fim da obrigatoriedade do diploma para a prática profissional do jornalismo e aponta consequências imediatas, como as demissões nas redações, a diminuição na busca pelo curso de jornalismo, a priorização das pessoas jurídicas em detrimento das pessoas físicas nas empresas, o surgimento do jornalista multimídia (ADGHIRNI, 2012, p.68). Neste sentido, a autora discute como estas mudanças influenciam na transformação da ideologia profissional:

Embora represente um corte transversal na prática jornalística, as mudanças no perfil do mercado de trabalho sugerem possíveis transformações na ideologia que define a profissão, vista como prática de produção noticiosa realizada em instituições que seguem o modelo tradicional de empresa jornalística (privada e “independente”). Ou seja, se a prática dos jornalistas começa a ser desenvolvida majoritariamente fora das redações tradicionais, é preciso se questionar que tipo de definição pode legitimar a profissão quando exercida em outras condições. Sobretudo quando outro elemento da ideologia que define o jornalista – sua posição como mediador frente ao público – começa a ser questionada em um cenário de mudanças estruturais. (ADGHIRNI, 2012, p.70)

Adghirni dialoga, assim, tanto com o conceito de “campo” como com os estudos de Erik Neveu (2005), que pesquisou as mudanças no jornalismo da França. Segundo o autor, o jornalismo conquistara uma certa autonomia, nas democracias representativas, baseada nas normas profissionais e na fiscalização, por meios jurídicos, de um nível de independência em relação aos governos assim como aos patrões. Esta crença no “jornalismo cívico”, como ele afirma, até mesmo “ilusória”, foi responsável por estimular jornalistas e legitimar a prática diante da sociedade. Porém, esta autonomia e os modelos profissionais do campo jornalístico passam a ser questionados devido ao campo econômico.

Outro ponto, colocado por Adghirni, como de transformação e que se relaciona com o jornalista como indivíduo são os perfis e identidades destes profissionais. Assim, ela aponta para a diversificação com o surgimento de jornalistas-multimídia, jornalistas-celebridades, jornalistas-assessores, entre outros. Além disso, ela aborda a troca de profissionais veteranos por recém-formados nas redações. Por outro lado, a autora também discute o fato de que a homogeneidade atribuída até então ao jornalista nunca existira, já que segundo Bourdieu (apud ADGHIRNI, 2012, p.77), “o jornalista é uma entidade abstrata

que não existe; o que existe são jornalistas diferentes, segundo o sexo, a idade, o nível de instrução, o jornal ou meio de informação”.

Assim, busca-se neste artigo refletir sobre a pluralidade de perfis profissionais presentes na TV Brasil, a partir da perspectiva do campo, discutindo como esta configuração interna pode exercer forças que conformam ou modificam a esfera da comunicação pública. Considera-se, assim, como defendido por Teresa Sádaba (2007), que as características do jornalista, assim como o papel que este profissional acredita ter diante da sociedade e da organização na qual ele trabalha, podem influenciar no conteúdo que será produzido. Da mesma forma que ela reconhece que estes fatores individuais só são percebidos e só terão sentido dentro de um contexto simbólico determinado, leva-se também em conta que o poder individual do jornalista não pode ser colocado como dominante. Como defende Neveu (2005), há uma “rede de interdependências” na qual não se estabelece uma relação de protagonismo, muito menos, referente aos jornalistas.

As forças internas na TV Brasil

Um dos jornalistas entrevistados pelo grupo de pesquisa foi o então editor da TV Brasil, Jonas Chagas Lucio Valente. Graduado pelo Centro Universitário de Brasília (Uniceub) e mestre pela UnB, Jonas também se insere no campo acadêmico, já que é pesquisador associado do Laboratório de Políticas de Comunicação (Lapcom) e professor do IESB. Além disso, se aproxima do campo político, atuando como coordenador geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, como coordenador na formulação do projeto para Comunicação e Democracia na candidatura de Lula em 2006 e como integrante do Coletivo Intervezes. Jonas foi editor da TV Brasília e repórter da Agência Carta Maior, além de ter prestado consultorias sobre regulação da comunicação.⁴

O jornalista liderou a greve realizada durante 15 dias pelos trabalhadores da EBC. Em artigo publicado no blog do Coletivo Intervezes no dia 26 de novembro de 2013, na revista Carta Capital, ele afirmou que as principais demandas dos 700 trabalhadores que aderiram à greve se referiam à valorização profissional e às condições de trabalho, assim como ao fortalecimento dos veículos da EBC. Segundo ele, “esse foi, antes de tudo, um movimento em defesa do projeto de oferta de informação e cultura voltadas aos interesses da população e à garantia de seus direitos” (VALENTE, 2013).

⁴ As informações foram encontradas no site do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.sjpdf.org.br/sindicato/diretoria/23-interno/1459-jonas-valente>. Acesso em: 26 jun. 2015.

Neste sentido, Valente colocou os trabalhadores da EBC como “atores importantes na construção desse projeto” ao se referir ao futuro da comunicação pública no Brasil. Assim, considerou que tão importante quanto às conquistas concretas da greve, foi o processo em si, que permitiu o reconhecimento por parte dos trabalhadores de seu papel na defesa do projeto de comunicação pública autônoma no Brasil.

Da mesma maneira, na entrevista realizada com Valente no dia 08 de novembro de 2013, ele afirmou o benefício da greve também para os cidadãos, já que as condições de trabalho influenciam na produção do conteúdo. Uma de suas defesas foi a participação dos trabalhadores nas decisões da empresa, assim como na construção da comunicação pública. Segundo ele, o diálogo com os trabalhadores ainda era muito “precário” na EBC e as deliberações acabavam ocorrendo de maneira hierárquica. Mesmo que esta interlocução não fosse negada, a formulação de espaços de representação e participação ainda era muito difícil, de acordo com o jornalista.

As críticas feitas em relação à TV Brasil, por Valente, dizem respeito ao modelo de gestão da empresa e de financiamento. Quanto ao primeiro, ele se opôs, por exemplo, ao fato de que, apesar de haver uma consulta pública para a escolha dos membros do Conselho Curador, a decisão final seja feita pela Presidência da República. Além disso, ele defendeu a necessidade de o Conselho interferir não apenas na programação, mas em todas as decisões da empresa; e que as formas de diálogo com o público e com os trabalhadores deveriam ser ampliadas. Em relação ao financiamento, o jornalista entende que o sistema público em todo o mundo necessita de recursos do orçamento, mas que, para além deles, é necessário haver um fundo no qual o governo não possa interferir a cada ano, decidindo qual o montante de recurso. Sobre esta questão, Valente citou a Contribuição para o Fomento à Radiodifusão Pública, que seria paga pelas operadoras de telecomunicações, mas que foi questionada na Justiça por estas operadoras e que, segundo ele, fora travada pelo próprio Governo Federal.

Ao ser questionado sobre as críticas da grande mídia em relação à defesa do Governo Federal pela emissora, ele afirmou que, por um lado, percebe-se alguns traços de governismo em determinadas matérias e posturas de alguns chefes sobre alguns casos; mas que, por outro lado, é também possível produzir informação independente e que, em vários aspectos da produção noticiosa, eles têm conseguido se desvincular deste governismo. De acordo com Valente, é preciso uma vigilância constante do Conselho Curador e da sociedade, assim como uma estabilidade para os trabalhadores, de modo que eles possam se

contrapor a possíveis pressões. E, portanto, para ele, o desafio seria se distanciar tanto das influências do governo quanto do mercado, produzindo um conteúdo que privilegie de fato o cidadão. Além disso, o jornalista defendeu que:

O sistema público no Brasil sempre foi colocado em uma posição secundária, marginal. Eu acho que a criação da EBC é um marco na mudança dessa perspectiva. Mas, não dá para o Governo Federal achar que o que foi feito está resolvido. Se não houver investimento em infraestrutura e pessoal, essa empresa vai sempre continuar dando traço. Não dá para o Governo não investir e depois reclamar que não dá resultado. Para dar resultado, tem que chegar ao conjunto da população, tem que ter infraestrutura, tem que ter financiamento estável, tem que ter bons salários, tem que ter dinheiro para licenciar conteúdos e produzir conteúdos de qualidade. Porque se não, a gente vai ficar em um círculo vicioso que nunca vai se resolver. (VALENTE, 2013).

Outra jornalista entrevistada, pelo grupo, foi Helena Martins, na época, editora de texto da TV Brasil. Helena é graduada e mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), e doutoranda em Comunicação pela Universidade de Brasília, o que revela sua aproximação com o campo acadêmico. Além disso, já trabalhou como professora temporária da UFC⁵.

Helena considerou que a criação da EBC representou uma possibilidade de desenvolvimento do sistema público de comunicação no Brasil e que a TV Brasil teria o papel de ser uma TV independente, capaz de ofertar conteúdos diferenciados em relação ao que é produzido tradicionalmente pelos meios no país. Mas, assim como Valente, a jornalista enxergou algumas limitações em relação à autonomia da TV Brasil - como a confusão entre o caráter público e governamental, já que a EBC foi criada a partir de uma empresa estatal e ainda produz alguns conteúdos governamentais, além da relação com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República; e a questão do financiamento, sobre a qual ela também reconheceu a necessidade de verba do governo, mas defendeu a formulação de outras fontes de recurso.

Em relação a um possível governismo da emissora, Helena defendeu que não há limites diretos, mas sim “introjetados”. Como ela explicou, o fato de muitos jornalistas terem vindo da Radiobrás e a ocupação do mesmo prédio pelos veículos públicos e governamentais faz com que essa influência acabe existindo, ainda que não seja direta. Assim, ela defendeu que os jornalistas também têm independência para criticar o governo.

⁵As informações foram encontradas no currículo Lattes da jornalista. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0282160708821061>. Acesso em: 26 jun. 2015.

Helena afirmou que a emissora se diferencia das outras empresas de comunicação no Brasil no sentido de dar voz aos movimentos sociais, às minorias, à agenda progressista, com mais frequência e de forma mais profunda. Mas ela também acredita que é preciso avançar na questão do diálogo e da participação do público, fazendo com que a TV seja inclusive conhecida pela população, melhorando o seu sinal.

Esta reivindicação é de certa forma generalizada entre os funcionários da empresa. Regina Lúcia Alves de Lima, na época ouvidora da EBC, também apresentou este ponto como um dos maiores desafios da instituição. Além disso, ela defendeu a necessidade de se conceber melhor os objetivos da comunicação pública.

Regina é graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com mestrado e doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Além disso, é professora adjunta da Faculdade de Comunicação da UFPA. Regina também foi presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão (FUNTELPA) e presidente da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC)⁶.

Na entrevista concedida ao grupo de pesquisa, Regina defendeu o compromisso da TV Brasil de apresentar perspectivas diferenciadas em relação às emissoras comerciais. Segundo ela, a TV Brasil ainda está no início do caminho para cumprir de fato este dever e, além disso, o conhecimento sobre o que é realmente uma comunicação pública também está sendo construído. Entre outras questões, a ouvidora colocou em debate o contexto baseado na lógica comercial de jornalismo e televisão no qual a emissora se insere e que acaba influenciando o modo de ver TV do público e de produzi-la dos profissionais.

Em relação à representação das diversidades culturais, Regina defendeu o tratamento de determinadas questões, não como coberturas especiais ou como se fossem estabelecidos espaços determinados para cada reivindicação, mas sim de uma forma transversal na programação – referindo-se, por exemplo, à Semana da Consciência Negra. Neste sentido, esses debates deveriam estar presentes na programação rotineiramente. Como ela afirma:

Se eu trato a questão do negro ao longo do ano, eu não preciso pegar uma semana inteira para homenagear. Quando muito, eu posso fazer um programa especial e soltar na grade. Mas se eu canalizo tudo, é um reflexo muito grave de uma ausência. E uma ausência que eu vou tentar suprir naquela semana. (LIMA, 2013).

⁶ As informações foram encontradas no site da EBC, na seção “Quem é a Ouvidora”. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/portal/ouvidoria/biografia-do-ouvidor>. Acesso em: 26 jun. 2015.

Já a diretora de jornalismo da EBC, Nereide Lacerda Beirão, apontou como principais dificuldades as condições estruturais. Segundo ela, o canal tem menos recursos e equipamentos em relação a outras emissoras, além do fato de que nela os processos são mais lentos devido à necessidade de licitações. Além disso e da limitação do sinal, ela falou sobre a necessidade de inovação nos formatos e na apresentação dos conteúdos.

Por outro lado, Nereide afirmou que a TV Brasil tem uma vantagem sobre as outras, já que possui liberdade para fazer um jornalismo público que, na verdade, não deveria nem precisar deste adjetivo. Segundo ela, este jornalismo que deveria existir e que a emissora pratica é “independente, sem manipulação, sem preconceito, tratando todos os lados de todos os assuntos, um jornalismo que não está visando somente a audiência, que não está visando só os interesses comerciais.” (BEIRÃO, 2013). Nereide ainda afirmou que na EBC não há vetos como existem nas emissoras comerciais, estabelecendo, por exemplo, que se pode falar com determinada pessoa e com outra não. Além disso, citou o programa Caminhos da Reportagem que já ganhou vários prêmios importantes de jornalismo.

Ao ser questionada sobre as críticas que a EBC recebe em relação a um possível governismo, Nereide afirmou que as considera “injustas”. Segundo a diretora, ela nunca recebeu nenhuma ligação da ministra da Secom, por exemplo, pedindo determinado enfoque ou cobertura. Nereide explicou que a TV Brasil produz matérias cobrando o Governo Federal, mas, ao mesmo tempo, cobre também os anúncios de projetos que interessam à população e que recebem, segundo ela, descaso das outras emissoras. Ela afirmou que nos canais privados há um certo preconceito com a informação que vem do Governo ou que é institucional, assim como nas matérias sobre o Congresso só se enquadra as questões pelo viés negativo.

Sobre a greve, Nereide considerou-a “grave” e afirmou que ela reforçava o discurso divulgado pelos meios comerciais que defendiam o fim da TV Brasil e da EBC. Além disso, a diretora disse que o processo de substituição do pessoal a partir dos concursos públicos também representou um momento difícil, já que muitas pessoas eram inexperientes, enquanto os funcionários contratados temporariamente na criação da emissora eram “pessoas de mercado e sabiam trabalhar bastante”. (BEIRÃO, 2013).

Nereide graduou-se em Comunicação pela PUC Minas e já atuou como professora da Faculdade de Jornalismo da Estácio de Sá e como diretora de Divulgação e Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Ela também trabalhou como diretora de jornalismo da Rede Globo Minas, chefe de redação da Rede Globo Brasília e da

Rede Manchete, repórter do Diário do Comércio e colunista do Caderno de TV do Estado de Minas, além de assessora-chefe de Comunicação da prefeitura de Belo Horizonte⁷.

Também vindo de outros grandes meios de comunicação, o apresentador e editor do Repórter Brasil, Guilherme Menezes, trabalhou na Rede Globo, no SBT e na TV Cultura, tendo iniciado sua carreira em televisão na década de 1980⁸.

Ao ser questionado sobre a diferença entre a TV comercial e a TV pública, Guilherme explicou que a primeira fala ao consumidor, enquanto a segunda se dirige ao cidadão; além disso, ele afirmou que a TV Brasil está preocupada em dar voz a todas as camadas da sociedade que tenham uma reivindicação.

O apresentador afirmou que não vê nenhum problema relacionado a um possível governismo da emissora. Segundo ele, os trabalhadores tem “absoluta liberdade para trabalhar”, diferentemente dos outros veículos onde ele trabalhou e nos quais os jornalistas “são absolutamente controlados no que dizem e no que fazem”. Para Guilherme, pode haver algo pontual, mas ele nunca presenciou nada. “Mas, enfim, eu realmente me sinto muito à vontade para trabalhar aqui e pra fazer a defesa da TV Brasil no que diz respeito ao jornalismo”, afirma (MENEZES, 2013).

Guilherme também argumentou que a TV Brasil não está a serviço do governo ou da presidente Dilma Rousseff, mas ao mesmo tempo, também não tem a preocupação de “bater diuturnamente no Governo” (MENEZES, 2013) como fazem, de acordo com ele, as empresas privadas. Além disso, ele afirmou que é necessário noticiar projetos do governo que afetam a população, mas que eles são exibidos com o ângulo que interessa ao cidadão – em termos de esclarecimento e prestação de serviço - e não ao Governo.

Em relação aos desafios da emissora, Guilherme apontou a inexperiência dos novos profissionais concursados, assim como Nereide; a falta de estrutura, inclusive, das emissoras parceiras, o que dificulta a cobertura de várias partes do país; e o sinal que chega a poucos lugares e que é de baixa qualidade. Segundo o apresentador, “televisão é essencialmente imagem e som. Se você entrega um bom produto numa embalagem feia, as pessoas batem o olho e recusam” (MENEZES, 2013).

Considerações finais

⁷As informações foram encontradas no site da UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/012221.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2015.

⁸As informações foram encontradas no site da EBC, no artigo “Guilherme Menezes é o novo âncora da TV Brasil”. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/sala-de-imprensa/2011/07/guilherme-menezes-e-o-novo-ancora-da-tv-brasil>. Acesso em: 26 jun. 2015.

No campo interno da TV Brasil, é possível perceber uma diversidade de perfis dos profissionais. Por um lado, há jornalistas vindos de grandes meios de comunicação, com anos de experiência na prática do jornalismo; por outro, há jornalistas envolvidos com pesquisa e atuações políticas em sindicatos e organizações; além dos profissionais vindos da Radiobrás e de outros canais de informação governamental.

Nas entrevistas realizadas em novembro de 2013, foi possível perceber a diferença de posicionamento por parte destes profissionais. Por um lado, os trabalhadores concursados, Jonas Valente e Helena Martins, que possuem uma ampla interface com a academia, apresentam visões bem críticas e bem formuladas sobre comunicação pública e sobre os desafios da EBC.

Ambos apontam para as limitações à autonomia da empresa, provocadas pelo modelo de gestão e financiamento. Além disso, sugerem formas de superar estes limites e de fortalecer a comunicação pública, propondo maior investimento em participação dos trabalhadores e dos cidadãos. Também reconhecem possíveis traços de governismo da emissora, ainda que pontuais e indiretos, além de defenderem a possibilidade de se produzir conteúdos independentes na TV.

Jonas, que também ocupa o espaço político, fazendo parte do Coletivo Intervezes e sendo coordenador geral do Sindicato de Jornalistas do DF, possui um discurso também politizado e mobilizador. Em meio à greve, ele defendeu o papel dos trabalhadores na construção da comunicação pública e fez críticas diretas à gerência da empresa, assim como ao Governo Federal.

Também vinda do campo acadêmico, a ouvidora Regina Lima, apresenta igualmente um olhar crítico sobre a emissora, ao questionar a programação, os espaços dados à diversidade e às minorias, e à influência do mercado nas produções jornalísticas. Além disso, reflete sobre a necessidade de se estabelecer diálogos mais efetivos com a sociedade e de se formular objetivos para a comunicação pública.

Se por um lado, estes três entrevistados veem como uma dificuldade a presença de uma cultura comercial nos jornalistas que vêm das grandes redações e emissoras, por outro, Nereide Beirão e Guilherme Menezes – que trabalharam um longo período em outros veículos – consideram que a inexperiência dos jornalistas recém-concursados à época das entrevistas, prejudicava a produção de conteúdo e a qualidade dos programas.

Neste sentido, estes dois jornalistas deram mais atenção a questões técnicas e práticas que influenciam nas rotinas produtivas. Assim, apresentaram como principais

dificuldades – além do problema com o sinal da emissora, que foi apontado por todos os entrevistados – as limitações estruturais (de recurso, equipamento, redes parceiras, etc.).

Ambos que ocupam cargos de confiança na empresa, afirmam com veemência que não há nenhum tipo de influência do governo ou controle da informação na emissora. Com uma postura de defesa do canal, eles acreditam que há uma total liberdade de trabalho na EBC e explicam que as críticas a um suposto perfil governista se dá pelo fato de que a TV, por outro lado, também não se sente obrigada a criticar o Governo o tempo todo e ao fato de que eles veem a necessidade de noticiar medidas governamentais que influenciam a vida dos cidadãos.

Esta postura pode ser explicada pelo cargo que Nereide e Guilherme ocupam, mas também pelas experiências que tiveram anteriormente. Como contam, em outras emissoras, eles viveram determinados tipos de censura, devido às pressões de mercado e às posições editoriais dos veículos e, assim, podem enxergar a TV Brasil como independente, pois relativamente ela oferece mais liberdade aos funcionários do que as outras.

Apesar da visão crítica em relação a uma possível influência do governo e às condições de trabalho, além das discussões explicitadas acima, Jonas e Helena também enxergam a TV pública, com todas as suas limitações, como um espaço mais plural e independente do que os veículos comerciais.

Como ponto comum, embora uns de forma mais conservadora e outros mais críticos e progressistas, todos defendem a comunicação pública e se interessam pela construção de uma emissora mais efetiva no cumprimento de seus compromissos.

Assim, o campo interno da TV Brasil se configura como plural, com forças que, ao mesmo tempo, tentam transformá-la e mantê-la. Neste sentido, percebe-se também uma busca pelo fortalecimento do campo público, em defesa de uma democratização das comunicações, pelos trabalhadores, o que demonstra um potencial da TV Brasil se configurar de fato como um espaço público de discussão. Porém, é preciso observar também as posições que cada agente social ocupa e em que medida eles conseguem influenciar de fato no conteúdo que é transmitido e nas decisões mais importantes da empresa.

Por um lado, os trabalhadores, mesmo sem cargos de confiança, exercem pressões, a partir, por exemplo, da realização de greves. Por outro, as decisões hierarquizadas acabam excluindo-os das decisões mais importantes da empresa, o que, de certa forma, acaba refletindo na programação. As análises do grupo de pesquisa sobre o telejornalismo da TV

Brasil, realizadas desde 2010, por exemplo, demonstraram que o canal ainda possui aproximações com o modelo comercial de jornalismo – assemelhando-se a ele em algumas coberturas -, ao mesmo tempo em que exhibe traços de uma posição pró-governo em determinadas matérias. De fato, há diferenciações, espaços para experimentação e priorização de temas socialmente importantes, porém, não é possível considerar que haja o pleno cumprimento do papel público.

Desta maneira, investir no diálogo e na participação dos trabalhadores é um caminho para fortalecer a emissora como espaço público, capaz de oferecer conteúdos diferenciados e de fato de interesse público.

REFERÊNCIAS

ADGHIRNI, Zelia. **Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona de turbulência.** In *Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias*. Fabio Henrique Pereira, Dione Oliveira Moura e Zélia Leal Adghirni (orgs). Florianópolis: Insular, 2012, pp.61 – 79.

BARRETO, Helena Martins do Rêgo. **Helena Martins do Rêgo Barreto: entrevista** [07 nov. 2013]. Entrevistadoras: Allana Meirelles Vieira e Roberta Braga Chaves. Brasília, 2013.

BEIRÃO, Nereide Lacerda. **Nereide Lacerda Beirão: entrevista** [07 nov. 2013]. Entrevistadores: Allan de Gouvêa Pereira, Allana Meirelles Vieira, Caio Cardoso de Queiroz, Roberta Braga Chaves. Brasília, 2013.

BOURDIEU, Pierre. (1996). **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

MENEZES, Guilherme. **Guilherme Menezes: entrevista** [07 nov. 2013]. Entrevistadores: Allana Meirelles Vieira e Roberta Braga Chaves. Brasília, 2013.

COUTINHO, Iluska. (Coord.). **Avaliação do Telejornalismo da TV Brasil: Relatório Final.** Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo.** Porto: Porto Editora, 2005, pp.45-53 e pp.99-133.

SÁDABA, Teresa. **Framing: El enquadre de las noticias.** Buenos Aires: La Crujía, 2007, pp.23-64 e pp.225-235.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo Volume II – A tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis: Insular, 2005, p.19-29.

VALENTE, Jonas Chagas Lucio. **Jonas Chagas Lucio Valente: entrevista** [08 nov. 2013]. Entrevistadoras: Allana Meirelles Vieira e Roberta Braga Chaves. Brasília, 2013.

WILLIAMS, Raymond. (1974). **Televisión.** Buenos Aires: Paidós, 2011.

LIMA, Regina Lúcia Alves de. **Regina Lúcia Alves de Lima:** entrevista [07 nov. 2013]. Entrevistadores: Allan de Gouvêa Pereira, Allana Meirelles Vieira, Caio Cardoso de Queiroz, Roberta Braga Chaves. Brasília, 2013.